



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2015
(Do Sr. Alberto Fraga)

Veda a abertura de conta corrente para recebimento de salário, aposentadoria ou pensão, em instituição financeira previamente escolhida sem anuência dos empregados ou servidores públicos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei veda a abertura de conta corrente para recebimento de salário, aposentadoria ou pensão, em instituição financeira previamente escolhida sem anuência dos empregados ou servidores públicos, e dá outras providências.

Art. 2º. É vedado a abertura obrigatória, para a Administração Pública e pessoas jurídicas de direito privado, de conta corrente para o recebimento de salário, aposentadoria ou pensão, em instituição financeira previamente escolhida sem anuência dos servidores públicos ou dos empregados.

§1º No caso das pessoas jurídicas de direito privado, a anuência poderá ser suprida por acordo ou convenção coletiva, nos termos da legislação trabalhista.

§2º No acordo ou convenção coletiva, ou anuência individual, deverão ser garantidas taxas de serviços similares às menores praticadas pelo mercado, bem como o fornecimento de, no mínimo, vinte folhas de cheque para cada conta corrente, mensalmente, e um extrato demonstrativo, semanalmente, de forma gratuita.

Art. 3º. Para a anuência individual de que trata o artigo anterior alcança os atuais servidores públicos e empregados.

Art. 4º. O direito de escolha de que trata o artigo anterior alcança os atuais servidores públicos e empregados.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta proposição é reapresentar matéria que foi objeto de projeto de lei em 2001, no qual versa sobre abertura de conta corrente para recebimento de salário, aposentadoria ou pensão, em instituição financeira previamente escolhida sem anuência dos empregados ou servidores públicos.

Com a liberação das taxas de serviço bancário, a obrigatoriedade de cobertura ou manutenção de conta corrente para recebimento de salário, aposentadoria e pensão, sem anuência do empregado ou servidor público, tornou-se absurda, uma vez que os bancos aproveitam esse caráter compulsório para cobrar as maiores taxas possíveis.

Em um mercado livre, é inadmissível tal obrigatoriedade, sem que se dê alguma opção para o servidor público ou empregado, já que ficam sujeitos a pagar mais pelos serviços bancários. Além disso, essa prática vai de encontro à livre concorrência e ao respeito pelo consumidor, pois não há oportunidade de escolha.

Assim, por seu grande alcance social, visando a proteção desses consumidores e a livre concorrência, é que solicito aos colegas parlamentares o aperfeiçoamento e aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em de de 2015.

**ALBERTO FRAGA
DEPUTADO FEDERAL
DEM/DF**